

Bento Aranha e a imprensa de combate no Norte do Brasil (1866-1911)

Bento Aranha and the combat press in Northern Brazil (1866-1911)

Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro¹

E-mail: balkar.ufam@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4192-8011>

Resumo: O artigo aborda a trajetória singular de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, um dos principais publicistas a atuar na imprensa e no cenário político do Extremo Norte do país durante o Segundo Reinado e as décadas iniciais da República. Publicando tanto no Pará quanto no Amazonas, foi dos mais dinâmicos jornalistas ali radicados, idealizando e dirigindo diversos periódicos, além de colaborar em outros jornais como verdadeiro polinizador de ideias, assinando centenas de artigos em defesa das grandes causas sociais e em favor dos subalternos. Baseado em meticuloso inventário de seus escritos na imprensa, obras literárias e falas proferidas na Assembleia Provincial do Amazonas, a análise de seus discursos avança em associação com uma abordagem biográfica revitalizada na análise histórica, desvelando um intelectual e político à frente de seu tempo. Pautou-se pela inclusão da escravidão (dissimulada) do índio no debate abolicionista por ele encampado desde 1870. Republicano de primeira hora, viu o alvorecer da República como a realização de um sonho logo convertido em pesadelo, mas nunca abandonou seus princípios e suas utopias, mantendo-se em combate contra o que diagnosticou como o “decaimento moral” do regime. Defensor de uma república revolucionária aos moldes da que surgiu com a francesa em 1789, sua crítica radical ao projeto republicano que se fez vencedor no 15 de Novembro e aos próceres da República logo o transformou em expressão maior do jacobinismo na Amazônia. Perseguido e excluído pelo regime pelo qual tanto lutou, Bento Aranha foi injustamente silenciado e esquecido, sendo hoje praticamente desconhecido pelo conjunto da historiografia brasileira, razão pela qual urge revisitar suas ideias e posições.

Palavras-chave: História da Amazônia, periodismo, radicalismo político.

Abstract: The article discusses the singular career of Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, one of the main publicists working in the press and in the political scenario in the extreme North of the country during the Second Reign and the early decades of the Republic. Acting in both Pará and Amazonas, he was one of the most active journalists living there, idealizing, and directing several periodicals, in addition to working in other newspapers as a true pollinator of ideas, signing hundreds of articles in defense of great social causes and in favor of subaltern people. Based on a meticulous inventory of his writings in the press, literary works and speeches given at the Provincial Assembly of Amazonas, the analysis of his discourse advances in association with a biographical approach revitalized in the historical analysis, unveiling an intellectual and politician ahead of his time. He was guided by the inclusion of (disguised) slavery of indigenous people in the abolitionist

¹ Universidade Federal do Amazonas. Departamento de História e Programa de Pós-Graduação em História. Av. General Rodrigo Octavio Jordão Ramos, 1200. Coroado I, Manaus/AM, Brasil.

debate in which he took part since 1870. As one of the first Republicans, he saw the dawn of the Republic as the realization of a dream soon converted into a nightmare, but he never abandoned his principles and utopias, remaining in combat against what he had diagnosed as the regime's "moral decay". As an advocate of a revolutionary republic along the lines of the one that came up with the French Revolution in 1789, his radical criticism of the republican project victorious on the 15th of November and the leaders of the Republic he soon became a major expression of Jacobinism in the Amazon. Persecuted and excluded by the regime for which he fought so hard, Bento Aranha was unfairly silenced and forgotten, and today he is practically unknown to Brazilian historiography, which is why it is urgent to revisit his ideas and positions.

Keywords: History of the Amazon, journalism, political radicalism.

Embora pouco conhecido, Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha foi nome destacado na história da Amazônia pela qualidade e singularidade de seu pensamento e de suas ações, dinamizadas na e pela imprensa, onde militou por toda sua vida, e no campo do político, por onde sempre transitou com grande desenvoltura. Natural de Belém do Pará, Bento Aranha nasceu em 18 de julho de 1841 e faleceu na mesma cidade aos 78 anos, em 15 de janeiro de 1919. Exerceu diversos cargos públicos e mandatos políticos no Amazonas, notabilizando-se ainda como jornalista destacado. Teve poucos biógrafos, destacando-se entre eles Agnello Bittencourt (1973, p. 135-136) e, mais recentemente, Vicente Salles (2001, p. 105-167), que lhe deu o merecido destaque, chamando a atenção para o intelectual radical que a história parece ter esquecido. Passados poucos anos do centenário de sua morte, o momento parece oportuno para encetar com ele um diálogo que, de alguma forma, possa reavivar sua memória de jornalista singular, por seu inconformismo, seu engajamento nas lutas políticas e nas questões sociais de sua época. Mais que isso, caberia ainda destacá-lo como uma das mais importantes figuras públicas do Extremo Norte a se atribuir a missão de pensar o país na perspectiva de transformá-lo, inserindo-se como poucos no debate político demarcado pelo Segundo Reinado e a República nascente.

Os anos iniciais de sua vida constituem uma incógnita, em que pese o fato de ter nascido no interior de uma família de posses, com alguma projeção social na então Província do Grão-Pará. Seu avô e seu pai notabilizaram-se; o primeiro, de quem herdou idêntico nome, assumiu o cargo de escrivão vitalício da alfândega e desenvolveu, como poeta, atuação no campo das letras (Aranha, 1895). Já o segundo, João Batista Figueiredo Tenreiro Aranha, teve vida atribulada, com algum sucesso na política entre 1840 e 1860, momento em que chegou a exercer cargos de deputado no parlamento provincial e imperial, além

da presidência da recém-criada Província do Amazonas (Bittencourt, 1973, p. 135-136; 473-481).

Há alguma divergência entre os historiadores e biógrafos quanto à formação intelectual de Bento Aranha. João Batista Faria e Souza, que assinou o principal necrológi² quando da morte de Aranha em 1919, anotou que ele chegou a ser estudante de humanidades, em 1858, mesmo ano em que teria estreado na imprensa paraense. Já Agnello Bittencourt (1973, p. 134), que chegou a conhecer Aranha, destacou sua dimensão de autodidata, alegando que ele "não tinha formação acadêmica, mas era um espírito culto e arejado pela constância de contato com os livros e afeição à imprensa". É certo, entretanto, que Aranha agregou intensa movimentação pelo ambiente cultural da Corte, fazendo amizades e participando de agremiações literárias como a *Arcádia Brasileira*, que se dedicava à literatura e a outras atividades culturais. Dela foi seu primeiro secretário, compondo a mesma diretoria com ninguém menos que Machado de Assis, ali atuando na função de bibliotecário (Correio Mercantil, 1861).

Os traços de sua linhagem familiar determinaram o apreço demonstrado ao Amazonas, fazendo dele um lugar familiar, uma espécie de segunda casa, ao qual Aranha se vinculou de fato e de direito. Tanto o fato de o avô ser natural da pequena Mariuá (Barcelos), no médio Rio Negro, quanto o de o pai ter sido o primeiro governante da província que, em 1850, desmembrou-se do Grão-Pará, pareciam lhe dar maior legitimidade nessa identificação, e Bento Aranha, sempre que pôde, cultuou essa descendência, exaltando especialmente a figura paterna, a quem gostava de lembrar em sua relação de apoio e dedicação ao contexto amazonense. Embora de curta passagem pelo Amazonas, a figura de João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha passou a ser cultuada em solo amazonense, envolta na imagem de pai fundador da província, a merecer reverência e gratidão. Foi comum que a imprensa amazonense, ao reverenciar o primeiro

² Não foi possível localizar o texto original, embora parte dele tenha sido reproduzido por Bittencourt (1973, p. 134).

presidente, acabasse relacionando-o a Bento Aranha e, desta forma, reforçasse os vínculos ao pai e ao Amazonas que Aranha gostava de cultivar:

Em 1798 nasceu no dia de hoje em Belém do Pará o inolvidável João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, que foi o fundador da província do Amazonas e seu primeiro presidente. Como continuador ilustre do nome glorioso do grande morto ainda sobrevive entre nós o seu conhecido filho, nosso velho confrade Major Bento Aranha (Jornal do Commercio, 1906).

Tais vínculos desautorizam a pensar a capital amazonense exclusivamente como lugar de desterro ou um escape ao tumultuado mundo da política paraense. Sem negar o expurgo sofrido por ele no início da década de 1860, convém lembrar que a conjuntura cambiante da política na província paraense abriu, a seguir, diversas oportunidades de retorno, sendo estas ignoradas por Aranha. Ao fim e ao cabo, foi apenas por intermédio de outro expurgo, desta vez motivado pelo tóxico ambiente político amazonense do momento da Proclamação da República, que Bento Aranha retornou ao Pará, demorando-se ali por uma década até transferir-se novamente para Manaus. O Amazonas foi um espaço de oportunidades, que soube aproveitar, e o próprio Aranha reconheceu isso por vezes: “os partidos corruptos da monarquia [...] baniram-nos de nossa terra natal para o Amazonas, que recebeu-nos como se ali tivéssemos nascido” (Aranha, 1893b). Com efeito, quando embarcou para o Amazonas, Aranha detinha um conjunto de qualificações de que a constituição de uma burocracia provincial naquela localidade não podia prescindir. Assim, se na Belém da década de 1860, o jovem Bento Aranha se inseriu timidamente no campo do ensino, da literatura e das artes, escrevendo ou traduzindo peças francesas ou montando trupes teatrais que as encenavam (Aranha, 1907), na capital amazonense, logo se vinculou ao funcionalismo público, estruturando sólida carreira política em estreita junção com as atividades jornalísticas, às quais se lançou com fervor incomum.

À época em que aportou em Manaus, a capital da nova província apresentava carências variadas e mal começara a constituir suas secretarias e repartições e uma burocracia que viabilizasse minimamente as inúmeras ações administrativas que se faziam necessárias. Havia dependência financeira da Província do Pará, e o próprio campo político da nova província estava sendo constituído com a agregação de experiências trazidas de outras províncias por um grupo bastante restrito de pessoas (Reis,

1965). A imprensa, embora pequena, também deu decisiva contribuição para a formação desse campo, repetindo localmente uma característica do periodismo onde quer que tenha se estruturado (Dutra e Mollier, 2006).

Com população rarefeita de não mais que 3.000 habitantes, a antiga Vila da Barra de São José do Rio Negro passara ao predicamento de cidade em 1848, portanto, apenas dois anos antes do Parlamento Imperial deliberar pela criação da Província do Amazonas. As narrativas de viajantes produziram imagens acanhadas (e até jocosas) de uma ambiência cultural marcada pelo baixíssimo número de letrados, já que em 1872 apenas 7% da população era alfabetizada. Célebre, neste sentido, foi a observação de Alfred Russel Wallace (2004, p. 215), para quem, no momento de instalação da província, a maior parte dos habitantes de Manaus “jamais abriu um livro e desconhece todo e qualquer tipo de ocupação intelectual”.

Esse, portanto, o contexto sociocultural no qual Bento Aranha passou a atuar em meados da década de 1860, como intelectual, produtor cultural, jornalista e político. Por sua iniciativa, fundou-se na capital amazonense a sociedade dramática *Thalia*, responsável por dinamizar um conjunto de apresentações teatrais que exploravam o conhecimento prévio e a *expertise* que Bento Aranha trazia de sua vivência belenense e de sua passagem pela Corte (Amazonas, 1867)³. Extinta a sociedade, em outubro de 1868 Aranha deu continuidade às suas incursões na seara cultural, escrevendo comédias e obras dramáticas, traduzindo e adaptando obras da literatura e do teatro francês (*A Voz do Amazonas*, 1867). Fomentou o associativismo cultural por intermédio do *Atheneu das Artes*, de vida longa e que associava fins caritativos às atividades teatrais, mantendo na cidade uma escola noturna, voltada para o ensino das primeiras letras para aprendizes de artes e ofícios.

A virada para a década de 1870 marcou um importante ponto de inflexão em direção à imprensa e à política, protagonizando no cenário amazonense uma transição percebida por Nelson Werneck Sodré (1999, p. 192) no contexto da imprensa do Sudeste do país. Embora continuasse a se interessar por teatro e literatura, o ingresso de Aranha na imprensa foi um momento de franca liberação de seus impulsos e interesses políticos. Além do mais, sua atuação como funcionário público de baixo escalão – era professor primário – parecia não se coadunar com as expectativas bem maiores que levava para o Amazonas. No Extremo Norte, como de resto em todo o Brasil, a imprensa se mostrou um instrumento eficaz para a ascensão social – “uma escada para galgar posições”, como

³ Fundado em 1866, o jornal só atualizaria sua grafia no número 43, de 4 de abril de 1867.

disse o redator de *O Paiz* no início do século XX (*apud* Sodré, 1999, p. 307) –, e nela se lançaram todos aqueles que desejavam “cavar’ um cargo público ou ingressar na política e na diplomacia” (Barbosa, 2010, p. 141).

Dissidência e engajamento

A imprensa aquecia o coração de Bento Aranha e a política fervia em suas veias, mas seria vã qualquer tentativa de enquadrá-lo numa das pontas do binômio, desprezando a outra. Como lembrou Ana Luiza Martins (2008, p. 48), no tempo do Império “política e imprensa se conjugam a serviço dos partidos – conservador ou liberal – atrelados a grupos familiares, condicionados a seus interesses econômicos e afinidades intelectuais”. Como foi comum em sua época, Bento Aranha não percebia fronteiras a separar imprensa e política. Assumiu uma postura pragmática, pensando os termos como faces da mesma moeda e instrumentos por excelência da transformação social.

Se para alguém culto e com grande erudição, como era o caso de Aranha, o vínculo com a imprensa parecia ser bastante lógico, no contexto da capital amazonense mostrava-se imperioso, já que ali o mundo da escrita e da leitura contava com um número restrito de praticantes e nem mesmo dispunha de espaços próprios ao seu desenvolvimento. Como muitos de sua época, via na imprensa uma missão civilizadora, capaz de propiciar a elevação moral e intelectual da sociedade, especialmente em contextos como o da capital amazonense, onde os espaços destinados à cultura letrada eram escassos e impunham limitações de toda ordem. O investimento na escolarização foi pequeno em toda a província até pelo menos a década de 1890, e a abertura de salas, gabinetes de leitura e bibliotecas teve que esperar até as décadas de 1870 e 1880 para acontecer na cidade (Pinheiro, 2015, p. 54). O próprio Bento Aranha reconheceu essa precariedade ao lançar, em 1876, a *Revista do Amazonas*, argumentando não ser possível para a imprensa “sustentar-se sem a seiva do tesouro provincial, porque não há quem leia jornais!” (Aranha, 1876, p. 51). Com efeito, o número de assinantes era pequeno (78) e rarefeito, com apenas 20 deles na capital amazonense, enquanto 53 estavam espalhados pelo Solimões e outros cinco no Negro. São números eloquentes, embora seja preciso assinalar que a *Revista* era um periódico diferenciado a reunir uma plêiade de colaboradores notáveis para a discussão aprofundada e, até certo ponto *acadêmica*, de um conjunto de grandes temas de interesse regional – “exploração dos rios, catequese e civilização de índios, colonização, agricultura e indústria” –, buscando dialogar com um tipo de leitor mais culto e, portanto, ainda mais restrito (*Revista do Amazonas*, 1876a).

Contando com um público leitor efetivamente pequeno, a imprensa amazonense da segunda metade do século XIX teve que se adaptar a condições locais, precárias do ponto de vista da oferta de capitais e de maquinário para o empreendimento jornalístico, tornando os custos de produção elevados. Não era, obviamente, uma característica exclusiva da imprensa no Extremo Norte do país. À frente do periódico paulista *Ipiranga*, Salvador de Mendonça descreveu em 1869 o quadro dramático do empreendimento alegando que, no país,

[...] a Imprensa vegeta sob o peso dos grandes salários do pessoal tipográfico ainda escasso, do custo exorbitante do papel e outros materiais importados e, mais que tudo, do gravoso porte de circulação, verdadeiras asas de chumbo postas à ave transmissora do pensamento; a obra do jornalismo, no Brasil, requer pesados sacrifícios pecuniários (apud Sodré, 1999, p. 188).

No Amazonas, o empreendimento mostrou-se ainda mais complexo e difícil em função das distâncias e da precariedade das redes de transporte. Prensas antigas de outras localidades – em geral do Pará – eram oportunizadas na capital amazonense para a abertura de novos periódicos que, em regra, mantinham o formato de tabloides de quatro páginas, menores e mais adaptados aos custos elevados do papel. Tais restrições interferiam também na tiragem, que, em geral, não passava de poucas centenas. Títulos com maior envergadura tecnológica, maiores em formato e número de páginas, e com tiragens superiores a 1.000 exemplares só apareceriam na virada para o século XX, quando as rendas auferidas com a exportação de borracha começaram a dinamizar a economia e o urbanismo na Amazônia (Pinheiro, 2015, p. 92).

Como em história nem tudo são números, as dimensões acanhadas em que o periodismo amazonense se desenvolveu na segunda metade do século XIX não devem fazer supor que a imprensa tivesse uma importância pequena. Ao contrário, ela se projetou ali como decisiva para a estruturação e expansão da cultura letrada, e também para o progresso econômico e social. Filha do iluminismo, chegou ao Amazonas como expressão maior do verniz civilizatório capaz de formar e transformar a sociedade e sustentar a sua “elevação moral”. Repetia, portanto, no Norte do país o que Isabel Lustosa destacou no periodismo da época da Independência, quando se atribuía “ao jornalista o importante papel de suprir as deficiências que a carência de livros e de informações especializadas acarretava” (Lustosa, 2000, p. 30). O próprio Bento Aranha, em mais de uma oportunidade, potencializou essa dimensão. Para ele,

A imprensa, se pudesse ao menos contar com quem procurasse entregar-se a leitura das ocorrências que se dão cotidianamente, e por intermédio desses sustentar-se independente da ação governamentiva (sic), seria uma alavanca poderosa para remover os males que nos sobrepujam, doutrinando e esclarecendo ao povo. Ela por si só forma uma grande escola, cujas vantagens podem fluir todos quanto a cercam de prestígio de que soe ser digna (Revista do Amazonas, 1876b).

Mais que descrever o contexto de acanhamento e precariedades no contexto da Província do Amazonas, a citação denuncia o lugar social onde se encontram o emissor e a distância que mantém com aqueles para quem sua mensagem se dirige prioritariamente.

Quando se fala em educação e imprensa como canais dirigidos ao “povo” (compreendido aqui como carente de conhecimento ou entendimento), não é difícil verificar quem são os educadores e redatores. Os construtores dessa opinião pública são, em outras palavras, os membros da chamada República das Letras, os letrados, os esclarecidos, ou seja, a opinião apontava como fruto da reflexão dos indivíduos ilustrados e se tornava pública na medida em que visava a propagação das Luzes do progresso e da civilização – e, por isso, apresentava-se como defensora da ordem e da moderação (Morel e Barros, 2003, p. 29).

A singularidade de Bento Aranha não estava numa condição social diferenciada frente aos demais homens de letras de seu tempo. No Amazonas, até pelo menos o final do século XIX, essa pequena elite letrada funcionou ao mesmo tempo como produtora e consumidora dos impressos, embora a informação publicada pudesse chegar – e de fato chegava – a outros segmentos sociais e até mesmo a iletrados, neste caso, por meio da prática de leitura pública, bastante disseminada onde quer que a imprensa tenha se firmado. Com efeito, a história cultural tem se ocupado dessa temática, refletindo tanto sobre as diferentes modalidades de leitura quanto sobre a historicidade dos processos de apropriação dos textos por seu intermédio. Refletindo sobre o contexto europeu, Roger Chartier (1999, p. 124) destacou que

A prática da leitura oralizada, descrita ou visada pelos textos, cria, pelo menos na cidade, um vasto público de ‘leitores’ que inclui tanto os mal alfabetizados como os analfabetos e que, pela mediação da voz leitora, adquire familiaridade com as obras e com os gêneros da literatura culta, compartilhada muito além dos meios letrados.

As reflexões que Chartier levantara a partir do campo mais específico da literatura, Jeremy Popkin (1996, p. 206) abordou no campo do periodismo europeu dos séculos XVIII e XIX, onde os limites do letramento estabelecidos pelos baixos índices de alfabetização impunham estratégias como a leitura em voz alta. O mesmo acontecia, e até de forma mais acentuada, nos contextos das províncias francesas estudadas por Michel Vernus (1996, p. 186), onde o sucesso dos pronunciamentos políticos da revolução parisiense só foi possível através da leitura em voz alta dos impressos.

Deslocando o olhar para o contexto brasileiro, seria desnecessário dizer que o fenômeno da leitura pública dos jornais ocorreu em todo o país (Sodré, 1999, p. 243), já que os índices de alfabetizados eram igualmente baixos, podendo sofrer pequena variação em cada cidade ou região. Para o caso amazonense, onde os estudos sobre práticas de leituras são ainda escassos, Maria Luiza Ugarte Pinheiro (2015) destacou a relevância da leitura pública para a expansão do periodismo que ali ocorreu na segunda metade do século XIX, indicando sua ocorrência pelas ruas, esquinas, cafés, leiterias e botequins. E esse é um dado importante, levando-se em conta que Aranha se destacou como um dos principais jornalistas da capital amazonense, sobretudo, pela sensibilidade que desde muito cedo manifestou para com o universo dos populares, dos marginalizados e dos oprimidos, de quem, de certa forma, buscou ser a voz.

Na maioria das vezes, tais segmentos eram referenciados genericamente como *o povo*, invariavelmente vitimado pelas mazelas governamentais. Em tempo, incorporou em suas crônicas referências a *Zé Povo* e *Zé Povinho*, representações caricaturais cada vez mais correntes na imprensa brasileira da virada para o século XX, a simbolizar o brasileiro pobre, espoliado e sem instrução (Silva, 1990, p. 8). Esse contexto de virada de século marcou também para Aranha uma maior atenção às condições sociais dos trabalhadores, passando ele a referenciar continuamente não apenas os tipos sociais do período (seringueiros e caucheiros), como também pescadores, carroceiros, tipógrafos ou operário dos serviços urbanos.

A consagração de Bento Aranha no jornalismo ocorreu no momento em que, em todo o país, os meios de comunicação experimentavam uma expansão sem precedente e, conforme assinalou Machado de Assis, os periódicos tinham a “vantagem de dar posição ao homem de letras” (*apud* Andrade, 2015, p. 14). Em paralelo, a expansão urbana contribuiu para a formação de um público leitor que, assimilando ou apenas discutindo suas ideias lhe atribuía uma força política considerável. As causas do fenômeno eram visíveis por todos os cantos do país, onde a “[...] melhoria da produção, aumento de população, de-



Fig. 1 – Bento Aranha em 1892
Foto: Carlos Wiegandt. *Correio Paraense*, 1892.

envolvimento da comunicação e processo de urbanização acelerado fizeram-se acompanhar de uma diminuição da taxa de analfabetos [...]” (Martins e Luca, 2005, p. 46-47). No Norte do país, a formação de leitores-consumidores foi mais difícil, já que, pelo menos até 1880, os impressos eram poucos e também pouco noticiosos, no mais das vezes assumindo um indisfarçável tom oficialístico (Freire, 1990, p. 13). Em Manaus, só a partir de 1870, grupos dissidentes começaram a montar novas prensas e a publicar folhas mais contestadoras, a empregar uma linguagem menos formal e até irreverente, demarcando uma mudança de postura que contribuiu sensivelmente para atrair a simpatia e crescente interesse de amplos setores da sociedade que, pelas leiterias, cafés e botequins, logo cedo se punham a discutir o “assunto do dia” trazido pelas folhas da cidade.

Para a ampliação do público leitor, parecia ser imperioso que os tradicionais escritos eruditos da imprensa fizessem concessões à linguagem e à cultura popular e, neste sentido, o surgimento de mediadores culturais mostrou-se fundamental. Tanto o uso de uma linguagem direta e objetiva quanto a dimensão panfletária que Aranha empregava em seus escritos fizeram diferença e podem ter ajudado a estabelecer uma melhor conexão da imprensa amazonense com um público leitor em potencial, como também ocorrera em outros contextos socioculturais (Mollier, 2006, p. 267-268). Particularmente ferino na

crítica aos políticos no poder, Aranha angariava simpatias entre os segmentos populares da sociedade, vindo nele a expressão de sua voz. Essa identificação do público com o jornalismo crítico ao poder foi característica comum em diversas localidades, sendo usada, inclusive, como estratégia jornalística, conforme anotou Tiago Roza Montilha (2015, p. 143). Não foi o caso de Aranha, que agia por princípios e sempre demonstrou coerência às ideias e causas que abraçou.

De acordo com Faria e Souza, Bento Aranha, entrou “para a imprensa em 1858 e nunca mais dela saiu” (In. Bittencourt, 1973, p. 135). Estreou, portanto, com 17 anos, o que não chegava a ser algo incomum para a época. O que se mostrou verdadeiramente incomum foi a longevidade – mais de meio século! – e constância com que atuou na imprensa do Norte do país. Além de colaborador em diversas folhas, Bento Aranha assumiu o desafio de fundar e dirigir diversos periódicos em Manaus e Belém, sendo eles quase sempre de cunho político. Em diversas ocasiões, chegou a assumir isoladamente a redação cotidiana de algumas folhas que, portanto, expressam bem seu pensamento. Com efeito, a magnitude dessa atuação pode ser aquilatada pelos dados biográficos que o *Diário de Notícias*, de Belém, trouxe à luz por ocasião das comemorações dos seus 55 anos. Colhendo ali apenas as informações relacionadas à capital amazonense, pode-se ler:

Foi o proprietário e redator no Amazonas em 1878 a 1880 e 1885 da Província, em 1882-1883 da Voz do Povo, em 1884 e 1885, da Amazônia e Correio da Manhã, e redator da Época, em 1888 e 1889, órgãos francamente republicanos; também foram de sua propriedade e redação a Revista do Amazonas, em 1876 e o Mercantil, em 1869.

Ali também escreveu em 1866 a 1867 e em fins de 1877-1878 o Amazonas, em 1869 a 1871 e 1874 a 1877 o Commercio do Amazonas, em 1869 o Catechista, em 1872 o Argus, em 1880 a 1882 a Reforma Liberal e em 1888 A Cidade de Manaus (Diário de Notícias, 1896).

A essa atuação jornalística veio juntar-se uma igualmente rica produção no Pará, sua terra natal. Além do mais, é preciso ter em conta que o breve resumo dessa atuação foi feito por aquele diário em meados de 1896, e o escritor manteve-se ativo praticamente até sua morte, em 1919. Mais ainda, Bento Aranha atuou em ambas as cidades como um incansável polinizador de ideias, espalhando centenas de artigos em colaboração por diversos periódicos do Norte do país, e isso para não falar das inmensuráveis matérias que diariamente fazia publicar a partir de sua condição de redator em jornais de Belém

e Manaus. Quando esteve à frente do *Correio Paraense*, esclareceu: “Sou o único que escrevo os editoriais deste jornal de minha propriedade. Bem ou mal escritos, são meus!” (Aranha, 1893c).

Como atestam as centenas de matérias e artigos que assinou, Aranha cultivou o ato de escrever diariamente, tendo sempre à mão um punhado de escritos, finalizados ou em elaboração, sobre os mais diversos temas e assuntos, soltando-os pelos jornais da cidade nos momentos em que lhe parecia oportuno. Em 1905, numa de suas muitas transferências para Belém, deixou com Alcides Bahia, seu amigo pessoal e redator-chefe do *Jornal do Commercio*, nada menos que 10 crônicas, pedindo-lhe que as entregasse para o amigo Joaquim Rocha dos Santos, proprietário e diretor do jornal. Escrevendo como Luiz do Prado, Bahia registrou a lista desses escritos: “Ajuricaba em retirada”, “A força é a salvação nacional”, “Revolução e mais revolução”, “Está tudo perdido”, “Fogo e pólvora”, “Delenda República falsificada”, “Haja sangue”, “Desfalque de consciências”, “A morte ou nada”, “Rebaixamento de caráter”. (Prado, 1905). Tudo parecia lhe interessar. Pela respeitabilidade adquirida, Aranha acabou por consagrar-se como um verdadeiro *publicista*, imagem retomada aqui a partir de Ana Luiza Martins (2008, p. 48), que via os publicistas como “jornalistas dotados de larga erudição [...] que redigiam em tom conselheiral e se comunicavam com a restrita elite letrada”.

Tendo conhecido Bento Aranha, o historiador e biógrafo Agnello Bitencourt o definiu como “um homem de trato fino e comunicativo”, mas, em verdade, sua atuação na imprensa não primava exatamente pela polidez, já que, como destacou Salles (2001, 114), Aranha frequentemente utilizou uma “linguagem virulenta e por vezes insultuosa”. De fato, sua marca era uma escrita combatente, como que mobilizada para a defesa intransigente de ideias e valores universais, como a liberdade, a verdade, a justiça ou a soberania popular. Se, por um lado, a verve mordaz tinha o dom de animar o debate político e parecia lhe garantir um público cativo e ávido por seus escritos, por outro lado, ela também lhe trouxe desafetos e inimigos em profusão, a ponto de pôr em risco sua existência. Sofreu agressões violentas e várias ameaças de morte, mas jamais se retraiu (Amazonas, 1882; *Jornal do Commercio*, 1909).

Dentre as reações à escrita combatente e incômoda de Bento Aranha, as mais comuns emergiram na própria imprensa, em artigos de réplica ou notas repúdio que traziam desqualificações diversas de sua fala e que, por vezes, descambaram para insultos e comentários insidiosos. Num desses ataques, Aranha foi tachado de “o maior ingrato do mundo, o caluniador-mor, o ente desprezível que já esteve na cadeia nesta capital cumprindo sentença por crime de injúria; o tristemente célebre Bento Aranha”

(Amazonas, 1892). Com o passar do tempo agregou à sua imagem pública a fama de velho ranzinza e rabugento, que adorava polemizar, não isentando de críticas nem mesmo os amigos mais próximos. Exemplos interessantes dessa postura inquieta e polemista aparecem nas crônicas de Alcides Bahia, outro expoente da imprensa amazonense da época que por décadas manteve com ele um relacionamento bastante próximo e afetuoso. Entre 1904 e 1911, ambos atuaram como redatores do *Jornal do Commercio*, sendo Bahia o redator-chefe. Ambos deixaram também naquela folha copiosa colaboração, em matérias assinadas ou sob pseudônimos, estratégia usual que, ao menos em tese, permitia maior liberdade para o exercício da crítica.

Desde 1874 Aranha usou frequentemente o pseudônimo *Ajuricaba*, evocando o nome do líder da tribo Manáio imortalizado pela bravura e feroz resistência que empreendeu contra os portugueses no século XVIII (Farage, 1991, p. 63). Já Alcides Bahia usou pseudônimos diversos ao longo de sua vida. Como Luiz do Prado, ele criticou, por vezes, posições de Bento Aranha/Ajuricaba, recebendo dele reprimendas, mas a amizade entre ambos nunca diminuiu. Em 1905, informado da decisão de Aranha de mudar-se de Manaus para Belém, Bahia escreveu longa e melancólica crônica em que iluminava como o espírito inquieto de Aranha animava o cotidiano da redação, impacientando Joaquim Rocha dos Santos, seu proprietário e diretor:

Os meus companheiros, os meus dois companheiros com quem mais em discrepância eu sempre estive, apesar de, somente, provocá-los a isso para gozar as delícias das controvérsias, deram-me a ingratidão do abandono. Um já se foi, o Raymundinho [Raimundo Monteiro] e outro agora se vai, o Bento Aranha.

Traço de união entre a explosiva impetuosidade da crença socialista do primeiro, e a opinião revigora-damente republicana e radical do segundo, figurei sempre, enquanto o acadêmico sublimava a excelência das ideias de Turatti e o Ajuricaba dizia das grandes virtudes políticas de Saldanha Marinho.

Eu ateava o incêndio da disputa e fazia depois de bombeiro; apagava-o, antes que assomasse ali à porta o Rocha, que, em chegando, só encontrava os escombros da demanda. [...]

Ajuricaba passeava, então, de um para outro lado, teso como um jovem sadio, enticando com este, com aquele, recalçando na garganta uma resposta à última pergunta que lhe fora feita e que não pudera responder. Saía o Rocha.

– Voltamos à vaca fria, arriscava o Vivaldo; desembuche, Sr. Ajuricaba.

Não me animava a contraditar, temendo a reprimenda

franca e vigorosa, pontilhada de desaforos ditos mesmo na rosca da venta.

A investida japonesa do major Bento tinha surtos de história antiga, corroborativos de suas alegações no presente e, quando no mais aceso de suas explicações, o Rocha vinha e botava a sua cabeça ali à porta, o Aranha buscava uma cadeira, silencioso, e a assembleia emudecia como Zacarias, esposo de Isabel.

Ab! Que tristeza, a minha, vendo o Ajuricaba seguir rumo a Belém! (Prado, 1905).

A pauta social pelo prisma da liberdade

Do conjunto dos escritos assinados por Bento Aranha nos periódicos amazonenses sobressaem diversas e variadas questões de relevância social, sendo uma delas a relacionada com as vivências populares e com os processos de trabalho à qual estava vinculada. Desde seus primeiros escritos, distinguiu-se pela sensibilidade para com os subalternos, o que não era comum em sua época. Bem ao contrário, reinava a indiferença dos segmentos da elite letrada para com os mais pobres e trabalhadores, fossem eles rurais ou urbanos, escravizados, libertos ou livres. Quando visibilizado, o *povo escrito* era depreciado e desqualificado a partir de um conjunto de critérios de exclusão (Bollême, 1988), o que fazia de Bento Aranha, no contexto amazonense, um ponto fora da curva, uma voz dissonante, dissidente e, por isso, incômoda.

Um bom termômetro para aferição dessa dissonância está no tema da escravidão e da abolição. Antes de mais, convém lembrar que boa parte da vida de Bento Aranha transcorreu em meio ao regime monárquico escravagista sustentado por poderosas oligarquias rurais que tudo fizeram para frear ao máximo a crescente pressão abolicionista, materializada tanto no plano externo quanto interno. Por isso mesmo, José Murilo de Carvalho (s/d, p. 114) anotou que, embora quando da aprovação das leis antiescravistas (1850 e 1871), o tempo da escravidão estivesse contado, “os proprietários sabiam disso e adotaram a tática de adiar o mais possível o momento final”. Desnecessário dizer do alinhamento ideológico de setores da intelectualidade com o escravismo, o que os fez silenciar o quanto puderam diante de um tema que ia se tornando cada vez mais relevante. Poucos foram os que, pela própria imprensa, ousaram romper o silêncio e tomar posições claras contra a escravidão. Além do mais,

A valorização dos veículos de comunicação no combate ao escravismo, tomada como exemplo positivo de memória histórica, pode ter servido a escamotear

outras características da imprensa da época, que era predominantemente escravocrata [...] (Morel e Barros, 2003, p. 88).

No Norte do país, Bento Aranha esteve entre aqueles que se mobilizaram e tomaram partido a favor da causa emancipacionista. Sem ramificações diretas com as oligarquias regionais, vinculava-se, todavia, a uma elite urbana que angariou algum prestígio e poder, além de boa situação financeira. Como empresário no ramo cultural e logo a seguir proprietário de pequena tipografia e jornal, Bento Aranha ganhou muito dinheiro desde que se transferiu para o Amazonas, mas não chegou a fazer fortuna, como reconhecera anos depois, gostando mesmo de dizer-se *plebeu*, termo pelo qual alguns de seus desafetos no Pará tentaram desqualificá-lo (Diário de Notícias, 1894, p. 1). Isso lhe dava maior liberdade de atuação no tema da condenação ao escravismo e, conforme sempre alegou, tanto por intermédio de seus atos quanto por suas posições, antecipou-se em mais de uma década à decisão adotada pela Província do Amazonas em 1884 em favor da emancipação do escravo negro (Pozza Neto, 2011). Como tem sido difícil encontrar manifestações contundentes de Aranha nos escritos para a imprensa anteriores a 1884, parece relevante a observação de Marialva Barbosa, para quem “o jornalismo e os jornalistas construíram, a *posteriori*, a imagem de defensores destemidos da abolição” (Barbosa, 2010, p. 109). Pode ter sido o caso de Aranha, mas apenas em termos estritamente ligados à intensidade de seu envolvimento, já que não há dúvidas de que ele participou em 1870 da *Sociedade Emancipadora Amazonense*, instituição que ajudou a criar, ocupando posições em sua secretaria e diretoria. Além da defesa da emancipação, a *Sociedade* notabilizou-se pela mobilização da população visando angariar recursos para a manumissão de crianças escravas (Commercio do Amazonas, 1870).

O registro de tais envolvimento não permite, contudo, atribuir a Bento Aranha uma imagem imaculada de abolicionista convicto e fervoroso, ainda mais se lembrarmos que, em 1875, chegou a ser acusado de explorar um escravo em uma roça de sua propriedade. Aranha defendeu-se argumentando que mantinha o escravo acoitado como uma forma de mantê-lo em liberdade, mas negava a exploração de seu trabalho. Convém levar em consideração que a denúncia partiu do *Amazonas*, periódico que vinha estabelecendo ferrenhas críticas às ações de Aranha, que à época ocupava a posição de Promotor Público da Comarca do Rio Negro e que também se posicionava contrário ao movimento abolicionista, então em ascensão na cidade (Cavalcante, 2013, p. 122-123).

Seja como for, os artigos que Aranha escreveu *a posteriori* são bem mais esclarecedores de suas posições

sobre o assunto e, em geral, vinham à tona quase sempre nos momentos de comemoração das datas históricas ligadas ao tema, como o 13 de Maio. Em tais efemérides, o conteúdo histórico era por vezes minimizado para que se fizessem conexões com a atualidade. Nos escritos de Aranha, a defesa da liberdade aparece como um valor universal e suas posições nesse sentido foram além da campanha abolicionista, não se fechando, portanto, em um domínio do passado que parecia ter se esgotado em 1884, no Amazonas e no Ceará, ou em 1888 no resto do Brasil. Aranha pugnou incansavelmente pela liberdade, denunciando outras formas de opressão e exclusão, além daquela que alcançava as populações negras escravizadas. Diferindo de muitos de seus contemporâneos, jamais excluiu o indígena dos contingentes escravizados e, por isso mesmo, sempre oportunizou as lembranças do 13 de Maio para alertar sobre a urgência de se combater o escravagismo que grassava sobre os índios e que, em seu entender, era encoberto pela força de uma retórica falaciosa de liberdade e por um silêncio cúmplice dos que o deviam combater. Aranha não via o devir histórico como uma sucessão infinita de rupturas, reconhecendo processos passados que perduravam no tempo, clamando solução; e, em sua percepção, pelo recurso à história fundava-se a necessidade da ação transformadora:

O Amazonas, que não precisou do estímulo do Ceará para dar liberdade aos seus escravos, possui atualmente, em pleno regime republicano, nos rios Madeira, Purus, Juruá, Javari, Içá Japurá, Jauaperi e Uaupés, caçadores de índios que a ferro e a fogo, os matam, prendem, aviltam, desonram e escravizam, e para maior ostentação de seu crime e da sua impunidade, afrontam a sociedade amazonense, vendendo-os publicamente, como outrora os escravocratas faziam.

É preciso debelar quanto antes essa febre pútrida do escravagismo que assola rios da Amazônia em detrimento da liberdade inata do índio. (Aranha, 1906).

Aranha sabia bem do que falava, já que desde a década de 1870 passou a se envolver mais diretamente com a questão da “colonização e catequese” dos índios, chamando a atenção pelos jornais para as recorrentes injustiças que se cometiam contra eles e propondo ações para sua assimilação pacífica à sociedade nacional. Por seu engajamento e pelas propostas que colocava em discussão foi chamado a assumir a Diretoria de Índios do Rio Negro no biênio 1899-1900, cargo que a política indigenista brasileira do período estabelecia como peça-chave para a gestão do “problema” indígena (Cunha, 1992, p. 191-199, especialmente p. 195). A proposta de Aranha passava pela adoção estratégica da “colonização indígena”, devendo

esta, segundo o autor, ser, inclusive, priorizada frente à estrangeira, por estarem os índios plenamente adaptados ao ambiente da floresta. A proposta não diferia essencialmente das Diretorias de Índios existentes, senão quanto ao controle maior do Estado sobre os diretores e em respeito da justa compensação salarial aos índios aldeados pacífica e espontaneamente. Assim empreendido, o processo de colonização era também de assimilação dos índios à sociedade, mas estes continuavam, na visão de Aranha, a serem pensados essencialmente como força de trabalho à disposição do progresso e do desenvolvimento regional. Esboçado e defendido já em 1876, a proposta de Bento Aranha passava, portanto, por estabelecer

Em cada um dos rios mais conhecidos da província uma colônia indígena dando uma subvenção por 3 anos somente, a pessoa que criar a colônia com 200 índios pelo menos; obrigando-se a mesma pessoa a vesti-los e pagar-lhes uma diária razoável que seria arbitrada pela presidência, a qual teria inspeção nas colônias (Aranha, 1876, p. 16).

A percepção de Aranha sobre a condição dos índios no país e, em especial, na Amazônia não ficou congelada no tempo, embora, em linhas gerais, jamais tenha abandonado a ideia de assimilação à civilização, tarefa que para ele deveria a ser feita por intermédio da Igreja e do Estado, vinculando os índios ao trabalho na terra, ordenado e remunerado. Por mais que militasse por uma melhoria da condição social do indígena, nunca conseguiu se desvencilhar da carga de preconceito que foi comum em sua época: “O índio, em geral, é indolente”, dizia, e “trabalha quando quer ou é obrigado por quem quer que seja que tenha sobre ele ascendência” (Aranha, 1909c). Com o passar do tempo, reforçou a crítica à atuação do Estado na defesa dos índios, denunciando com veemência que, na prática, as ações indigenistas se constituíam em mecanismo selvagem de dominação e disfarçada escravização (Aranha, 1896).

Em meio ao entusiasmo generalizado da imprensa e das autoridades com a expansão da economia de exportação da borracha, Bento Aranha anotou com precisão que a ela se devia o recrudescimento das relações de trabalho nos sertões da Amazônia. Na virada para o século XX, foi uma das poucas vozes que, na imprensa do Norte do país, fez coro às denúncias veiculadas pelos jornais estrangeiros que, escandalizados, noticiavam *correrias*, massacres e atrocidades como as do rio Putumayo, no Peru, contra populações indígenas daquele país e também da Bolívia, Colômbia, Equador e Brasil. Em consequência, passou a perceber a emergência de ações violentas por parte dos índios pela chave da legítima defesa, sendo exemplar, nesse

sentido, o artigo que escreveu em março de 1899. Nele, mostrou-se indignado com o correspondente do *A Federação*, de Manaus, para quem os índios se aproveitavam das ocasiões de conflito “para saciarem o seu ódio à nossa raça, satisfazendo os seus instintos perversos”, resultando disto o assassinato de Philomeno Pires. Desmontando os argumentos do correspondente, Aranha denuncia que o jornal esqueceu-se de mencionar que Pires era “contratador da carne humana” e que fora às malocas do Rio Branco para, na prática, trazer escravos. Denunciou também o racismo como pedra de toque por trás dos processos de dominação, e dizia não haver dúvidas de que

o correspondente d’A Federação é daquelas aves de arribação que vêm para o Amazonas explorar o tesouro ou os bens do caboclo, que julga de raça inferior a sua porque pedantemente dá a entender que pertence a caucásica pura, quando talvez não passe de um mestiço dela cruzada com a raça etiópica.

Não são os índios os “eternos inimigos” da raça do correspondente d’A Federação, mas são essas aves de arribação, que de vez em quando nos aparece, que vão tirá-los das suas malocas, seduzir-lhes as mulheres, prostituir-lhes as filhas e roubar-lhes as crianças para escravizá-las! (Aranha, 1899).

Aranha também levantou-se em favor da proteção da infância e, em especial, da criança indígena, denunciando a falácia dos processos de tutela, não por acaso sensivelmente ampliados desde a abolição. De forma impertinente, como o fez em outras oportunidades, chamou a atenção para a cumplicidade da própria imprensa e de todos aqueles que se mantinham inertes diante de situações extremadas e absolutamente execráveis do ponto de vista jurídico e moral. Uma das marcas distintivas de Bento Aranha foi a capacidade de indignar-se com a violência e com a barbárie perpetradas contra os que não podiam se defender. Com acesso franco a muitas redações, tanto em Manaus quanto em Belém, e podendo, portanto, escolher quando e onde publicar seus artigos, preferiu, por vezes, reforçar as dimensões políticas de sua indignação, enviando cartas-protesto aos jornais daquelas duas capitais. Numa delas, em que advogava a “liberdade do caboclo”, trouxe à tona o tema da infância indígena e dos mecanismos de tutela:

No Brasil não há mais escravos; entretanto, há na Amazônia Brasileira o “caboclo tutelado”, que o tutor

senhoril avilta, tanto quanto outrora, pelo desumano senhor, eram aviltados aqueles.

Arrancado do poder de sua família, como órfão ou ingênuo, por mando do juiz e solicitação de pessoa estranha, que se ofereceu a tomá-lo como seu tutor, e cuidar zelosamente da sua educação, é por este considerado, logo que o “termo de tutela” passa das mãos do escrivão para as suas, seu escravo.

Há honrosas, mas raríssimas exceções; o geral dos tutores na Amazônia Brasileira reduz o tutelado, quando caboclo, principalmente, às mais tristes e lamentáveis condições da escravidão (Jornal do Commercio, 1907).

Consciente da importância da imprensa, mas também de sua silenciosa cumplicidade com aquelas práticas de dominação, seu protesto se volta para ela, cobrando posição como as que tomara no passado:

[...] Certas gazetas de Belém e Manaus trazem anúncios de “caboclos menores fugidos”, mediante pagamento dos seus tutores, os quais, à semelhança dos “escravos fugidos” nos ominosos tempos da escravatura, por infamarem tanto o senhor como o escravo, rebaixarem o caráter nacional, humilharem a nação e desonrarem a própria imprensa, foram abolidos por esta das colunas dos seus órgãos, como imorais, desumanos e ofensivos aos brios da família brasileira.

É, pois, contra a publicação desses anúncios de fugida de caboclos menores, que venho protestar, em benefício do infeliz caboclo e para a honra e glória da imprensa da Amazônia Brasileira (Jornal do Commercio, 1907).

Como se vê, em Bento Aranha, se a história trazia as dores da violência e da opressão, era também capaz de trazer a força libertadora capaz de sanar os males sociais.

Bento Aranha também lançou seu olhar sobre a situação dos populares e dos trabalhadores urbanos que, entre os anos finais do século XIX e iniciais do XX, ganharam maior densidade e importância na capital amazonense. Como redator do importante *Jornal do Commercio*, fez-se verdadeiro cronista da cidade⁴, assinando dezenas de artigos, dentre os quais aqueles em que fazia franca defesa dos direitos operários. Neles, denunciou as ações insensíveis de uma municipalidade sempre desejosa de impor novas tarifas e tributos ao pequeno trabalhador e desatenta às suas necessidades, como as de moradia e saúde; assim como também se opôs reiteradas vezes à sanha das empresas concessionárias dos serviços públi-

⁴ Entre 1904 e 1911, consolidando-se a exclusão de Aranha da cena político-partidária, sua atenção voltou-se, em boa medida, para os problemas comezinhos da capital amazonense, assinando dezenas de artigos em que discutia os projetos urbanísticos, a situação das ruas e dos bancos dos parques, a desnecessária derrubada de árvores, a falta de água nos subúrbios, a carestia do pescado, a coleta de lixo, etc.

cos – invariavelmente estrangeiras – nos processos de extorsão do frágil operariado da capital amazonense que então começava a levantar-se, promovendo as primeiras manifestações e greves na cidade.

Neste contexto de tensões, além de atuar como redator para que o *Jornal do Commercio* desse apoio editorial às demandas operárias que eclodiam, Bento Aranha veio a público assinando textos em que condenava com veemência a postura arrogante das firmas inglesas e norte-americanas na lida com seus empregados e com a própria cidade. Descrevendo as arbitrariedades cometidas pela *Manãos Harbour Limited*, por exemplo, reconhecia que o trabalhador portuário estava de todo desprotegido e submetido a um “trabalho insano, constantemente sucessivo, sem ordem e acelerado de embarque e desembarque de borracha”. A causa operária colaborou para que travasse verdadeira batalha com a companhia inglesa:

Rica e poderosíssima, à sombra de dois contratos imorais, sendo um federal, outro estadual, que concedeu-lhe o poder de monopolizar o Porto de Manaus, a Manãos Harbour Limited sujeita o seu trabalhador ao salário de cada dia, mesquinho e insuficiente às suas imprescindíveis despesas, para manter-se com certo decoro e decência, de 4:000 réis alguns, 5:000 réis a outros, 6:000 e 7:000 réis a mais outros e 8:000 réis a muito poucos, no total de 80 homens.

Os que menos ganham são os mais sobrecarregados de serviços incessantes, pesados, superiores à força humana e menos garantidos na permanência do lugar (Aranha, 1909b).

A emergência das manifestações operárias na capital amazonense parecia ser o despertar de um processo de conscientização dos trabalhadores diante da exploração patronal e também o início de uma atuação política que poderia se dar de forma mais incisiva contra seus algozes num futuro próximo. Por intermédio da radicalidade de suas ações, tal como desejava Aranha, o operário amazonense seria uma força não apenas capaz de atuar a favor de seus próprios interesses como também de redimir o conjunto da sociedade.

O que até hoje não tem conseguido da União e do Estado a benemérita Associação Comercial de Manaus na defesa dos interesses do comércio e navegação, do produtor, contribuidor às rendas públicas, e povo, enfim, solicitando justiça dentro das raiais constitucionais da República, conseguirá amanhã pela sua classe operária o povo por meio da dinamite e do petróleo, fazendo, por suas próprias mãos, a justiça, que por empenhos da sua algoz, lhe há negado o governo aos seus direitos e soberania (Aranha, 1909a).

Embora demonstrasse otimismo com o avanço do proletariado amazonense, aplaudindo o surgimento de suas associações na capital do Estado, via com clareza a dificuldade do empreendimento, como ficaria patente na ocasião em que questionou a atuação da recém-criada *Confederação do Trabalho*, vendo nela interesses políticos escusos dos que a dirigiam, já que “completamente alheios e prejudiciais a sua coletividade”. Com efeito, idealizada e estruturada pelo empresário e intelectual Paulino Montenegro Toscano de Brito, a entidade tinha por objetivo mobilizar a classe operária amazonense, mas não conseguiu escamotear um desejo patronal de controle da insatisfação operária, desviando-a da ação direta e das greves, e direcionando-a para um uso eleitoral a favor de seus dirigentes. Crítico feroz do processo eleitoral republicano, que julgava falacioso e fraudulento, Aranha percebeu o oportunismo do corpo dirigente da instituição e o denunciou, conclamando as bases efetivamente operárias a insurgir-se contra ele e o destituir, o que de fato aconteceu.

O enfrentamento político

No ideário de Bento Aranha, o conjunto das questões sociais, assim como os principais problemas e as sucessivas mazelas que impediam o progresso do Amazonas e do Brasil eram, em verdade, questões eminentemente políticas, cujas raízes estariam fincadas tanto na ação deletéria de uma elite oligárquica corrupta e autoritária quanto em um regime político que demonstrava ser incapaz de a obstar e transcender. Exatamente por isso, logo cedo Aranha passou a entender a Monarquia como um regime arcaico e ultrapassado que precisava ser combatido sem tréguas, o que fez tanto pela imprensa quanto no parlamento, apresentando-se como integrante do Partido Liberal.

A trajetória de Bento Aranha no cenário amazonense foi sempre tensionada pela singularidade de suas posições dissidentes e pela força de um pensamento progressista singular. A verve radical e incisiva que levou para a imprensa amazonense jogou um papel decisivo em sua formação política, orientada precocemente para a militância republicana. Aliada à sua inteligência e capacidade de articulação, foi a escrita combativa que empreendeu no jornalismo que o qualificou para a obtenção dos mandatos de Deputado Provincial que exerceu por muitos anos: 1870-1871, 1878, 1880, 1882-1886, 1888-1899. É correto afirmar que a gradual radicalização de suas posições políticas foi, pouco a pouco, colocando-o em confronto com as posições partidárias que, em 1889, fecharam as portas às suas pretensões parlamentares. No entanto, jamais se deixou enclausurar na vida parlamentar,

atuando indistintamente *no político e na política*, conforme a distinção empregada por Pierre Rosanvallon, para quem *o político transcende a política*:

Ao falar substantivamente do político qualifico desse modo, tanto uma modalidade de existência da vida comum, quanto uma forma de ação coletiva que se distingue implicitamente do exercício da política. Referir-se ao político e não à política, é falar do poder da lei, do Estado e da nação, da igualdade e da notícia, da identidade e da diferença, da cidadania e da civilidade; em suma, tudo aquilo que constitui a polis para além do campo imediato da competição partidária pelo exercício do poder, da ação governamental cotidiana e da vida ordinária das instituições (Rosanvallon, 2010, p. 73).

Bento Aranha incorporou-se na imprensa a um conjunto de intelectuais e jornalistas que a viam como o espaço prioritário para o debate político e para as discussões dos grandes temas locais e nacionais, mas sempre buscou transcender a política partidária para alcançar segmentos mais amplos da sociedade. Como poucos, soube usar a pena como arma de combate e ferramenta para a ação, colocando-se como herdeiro de uma tradição radical do periodismo de sua terra natal, cujas raízes se fincavam no tumultuado processo de Independência havido no Grão-Pará (Coelho, 1989). Levou para a imprensa um conjunto de ideias incômodas, num debate que fazia sem tréguas, tal como anotou Faria e Souza, para quem Aranha

dedicou todos os seus afetos e seu muito valor, como lutador impávido, como amante do progresso, como polemista terrível, como jornalista vigoroso, sempre na brecha, lutando ininterruptamente por uma ideia, até ver o adversário rendido e ela vencedora (apud. Bittencourt, 1973, p. 135).

Como muitos a quem criticou da tribuna, Aranha era oriundo e atuou no interior de uma elite letrada que, na virada do século XIX para o XX, projetava autoimagens grandiloquentes, vendo-se culta e portadora de hábitos refinados. Neste contexto, a presença de Bento Aranha causava certa tensão e instabilidade, e ele logo se viu transformado em voz dissonante, em função das ideias sociais que defendia. Além de trazer à baila temas incômodos, Aranha constantemente abriu confronto com personalidades da cena política, responsabilizando-os pelas mazelas que denunciava e combatia. Como polemista extremado, atraiu contra si uma profusão de opositores, inimigos políticos, ameaças e dissabores, para não mencionar as prisões, deportações e desterramentos assinaladas por Vicente Salles (2001, p. 112-113, 115).

De acordo com seus contemporâneos, o teor das crônicas de Aranha era tão ácido e contundente que era impossível manter-se indiferente. Como *Luiz do Prado*, Alcides Bahia definiu bem o *frenesi* que a escrita de Aranha provocava no cenário político e jornalístico de Manaus da virada para o século XX. A crônica de Bahia é de 1904, momento em que Aranha retornava ao Amazonas depois de uma ausência de três anos no Pará. Diz o cronista:

Íamos muito bem por aqui, tudo era calma e paz, sossego e tranquilidade.

Nem a mais leve viração de pronunciamentos bélicos a gente via; ninguém falava em Revolução, em República nefasta, em Monarquia pernicioso, em nada dessas coisas pavorosas (com licença do inconveniente desancador Sr. Major Bento Aranha, bem criado confrade de todos nós).

Pois assim é que era; íamos vivendo suave, gratamente; a vida até parecia um batelão sem cargas à mercê da corrente do Amazonas.

Mas, eis que do Pará vem o Guahyba, um pequeno badejo da Sudamerikanische e nele aqui chega o primeiro revolucionário destes atuais tempos calamitosos e dos passados períodos de agitação.

Ei-lo: o Major Bento, sem tirar nem pôr, sem mexer nem acrescentar.

Chegou, escreveu, revolucionou (Prado, 1904).

Tendo militado em diversas frentes de batalha ao longo de toda sua vida, árdua é a tarefa de acomodá-lo em rótulos retirados do espectro político-ideológico, já que os termos usados para defini-lo foram os mais diversos: livre pensador, liberal, progressista, positivista, nacionalista, dissidente, revolucionário, jacobino, socialista... No entanto, sempre que pôde, definiu-se essencialmente como um *repúblicano*, enfatizando tal filiação com a agregação de adjetivos diversos: fiel, legítimo, ardoroso, convicto, patriótico... (Aranha, 1904, p. 2). Por outro lado, depois do 15 de Novembro sentiu necessidade de estabelecer ressalvas ao novo regime, já que para ele a República era um projeto inconcluso, a ser revisto e reformado, com base em princípios que valorizassem a soberania popular. Aranha demarca uma dissidência na cultura política republicana, o que nos faz pensar na observação de Rodrigo Patto Sá Mota, para quem

Os sujeitos não são peças inertes diante de estruturas sociais perenes. O campo da política supõe o protagonismo de agentes que fazem escolhas: há sempre margem para a opção entre diferentes caminhos de ação. Assim, não há que supor oposição entre a influência de padrões culturais e o arbítrio dos agentes políticos (Motta, 2018, p. 113).

A atuação como propagandista republicano acabou por defini-lo perante a sociedade amazonense de sua época, e ele próprio ostentou essa denominação por toda sua vida. Segundo rememorou em diversas ocasiões, a causa republicana foi por ele abraçada em fins da década de 1860, o que demarcava uma ancestralidade sempre referenciada como motivo de orgulho: “Em 1870, [...] em plena praça pública, já defendia no Amazonas a causa da República. Em 1871 a 1873 na *Inquisição*, no *Tiradentes*, na *Tribuna*, no *Sete de Setembro*, doutrinei no Pará os princípios do governo do povo pelo povo” (Aranha, 1904, p. 2). Com efeito, o ano de 1870 demarcou também a emergência do ideário republicano no contexto amazonense, sendo este, inclusive, o ano de lançamento do *Argos*, tabloide identificado como ultraliberal (Jornal do Commercio, 1910), mas declaradamente republicano e antimonárquico, que contava com Aranha entre seus idealizadores e colaboradores. Nele a República era defendida sem rodeios:

Quando vemos de todos os pontos do Brasil aparecerem jornais republicanos, sentimos como que o coração pulsar com mais força, sinal de que a grande ideia de [ilegível] breve se realizará.

Quem duvidará de que os males que sente e sofre o Brasil atualmente são devidos a sua forma de governo? Quem deixará de conhecer que enquanto existir um Bragança ou um Bragancinho no Brasil sempre veremos o estadista, o militar, o operário, enfim toda e qualquer classe corromper-se devido à forma de governo que rege o Brasil? [...] Avante, cidadãos!

Não trepideis um só momento. Trabalhai e esforçai-vos para que desapareça do solo brasileiro essa ave de rapina que há muito nos persegue e chama-se: monarquia! (Argos, 1872).

Acompanhar o pensamento de Bento Aranha no momento de implantação da República permite perceber os embates e disputas conceituais e estratégicas assumidas por grupos diversos a partir de interesses próprios. Uma primeira constatação é a de que Aranha sentiu de imediato que sua visão de República não teria abrigo entre os vitoriosos do 15 de Novembro. Na verdade, em discurso pronunciado na Assembleia Provincial poucos dias antes da Proclamação, mostrou-se ciente dos quadros políticos que de forma oportunista se haviam colocado em campo, tanto no Norte do país quanto no Rio de Janeiro e em São Paulo, e, por isso mesmo, previa dissabores, dizendo não serem poucos “os desgostos que tenho sofrido!”.

Entretanto, devo declarar, tenho medo que a República hoje se proclame no Brasil, porque os republicanos convictos, sinceros, patrióticos e pro-

bidosos podem não ser os aclamados e eleitos para governá-lo, ao passo que surgirão os aventureiros, servis e dilapidadores dos dinheiros públicos! (Aranha, 1904, p. 2).

Vicente Salles (2001, p. 118 e 119) anotou que Bento Aranha não apenas se considerava “o mais velho republicano no Pará”, como também um *excluído*, um militante “devorado pela revolução”. Em linhas gerais, esses argumentos foram continuamente reforçados por ele em sua permanência no contexto amazonense. Em 1904, por exemplo, numa das primeiras colunas que escreveu para o *Jornal do Commercio*, alegava estar “ainda hoje condenado, como me considero, ao ostracismo” (Aranha, 1904, p. 2). Em seus termos, se a Proclamação havia sido um momento de júbilo, a gestão governamental de Deodoro e, depois, de Floriano, jogaram uma ducha de água fria em suas expectativas românticas de ver implementada no país uma república revolucionária aos moldes da francesa. Lamentava que os governos republicanos tivessem se pautado pelo descompromisso com a construção de “um governo para o povo”, respeitando como princípio fundamental a democracia e a soberania popular.

Descontente, mas sem renunciar aos princípios que acalentou por toda a vida – dizia: “todavia me esforço [...] pela salvação da República e pela prosperidade do Brasil” –, Bento Aranha escolheu mais uma vez o caminho da dissidência e da oposição; logo ele, cujo engajamento precoce e radical à causa republicana poderia ter-lhe franqueado postos de comando e direção tanto no Pará quanto no Amazonas. Percebia que, a passos largos, a República real substituíra a República sonhada, tornando-se para ele um verdadeiro horror, que em tudo lembrava, melancolicamente, o “regime decaído”.

Reacendendo a chama de uma crítica política radical e incisiva, desta vez direcionada contra alguns dos próceres republicanos, Aranha atraiu para si retaliações vigorosas, como a enxurrada de críticas desqualificadoras por parte de uma imprensa que majoritariamente logo se alinhou com o regime. Censurado, proibido de escrever sobre política, condenado à prisão e com jornais empastelados tanto no Amazonas quanto no Pará, bateu-se como poucos pela liberdade de imprensa (Correio Paraense, 1894) (Aranha, 1894). Em paralelo, empenhou-se em defender-se das tentativas de associá-lo aos monarquistas e a grupos ultramontanos, para não mencionar da pecha de demagogo, irresponsável e incendiário. Com efeito, não demorou muito para que atores políticos que se projetavam como críticos do governo, reclamando reformas e mudanças sociais mais profundas, fossem logo desqualificados e rotulados pejorativamente de radicais e, sobretudo, *jacobinos*, mesmo que o fizessem de dentro do espectro

republicano. Retirado do radicalismo da Revolução Francesa, o termo foi apropriado no cenário político brasileiro da época, embora tenha sido usado sempre de forma vaga e imprecisa, em especial após a eclosão da Revolta da Armada, em 1893 (Queirós, 1986, p. 18).

Aranha não escapou desta identificação e sempre reagiu sem se intimidar. Como muitos *jacobinos* brasileiros, pautou-se por um vívido nacionalismo, a rigor já materializado no pseudônimo que escolheu em 1874. *Ajuricaba* assumiu a fala de Aranha sempre que este achou necessário enfrentar os ataques estrangeiros à soberania nacional. Também o empregou para denunciar os abusos das concessionárias estrangeiras dos serviços públicos. Inconformado com a preferência dada pelos empregadores aos operários estrangeiros, apoiou manifestações antilusitanas, inclusive as designadas como *mata galegos*, mais radicais e violentas. Quando atacado pelo vice-cônsul de Portugal, em Manaus, que o detratou como “velho jacobino”, Aranha retrucou: “não nego, fui, sou e sempre serei jacobino” (Jornal do Commercio, 1904).

No comando do *Correio Paraense*, Bento Aranha deu apoio e voz às forças que se insurgiam contra o governo de Floriano Peixoto, a quem se alinhavam os jacobinos, muitas vezes denominados de florianistas. Sua ruptura com Floriano demarca em sua trajetória uma nova dissidência, agora no interior do próprio jacobinismo. Passando de Deodoro a Floriano, a República definhava, angariando opositores. Pelas páginas do *Correio*, Aranha se perfilou entre os mais radicais, abrindo forte campanha de denúncias. Dizia que o “15 de Novembro de 1889 não teve patriotas, mas uma legião de ambiciosos do poder, assaltadores dos cofres públicos, ingratos e traidores!”. Para ele,

Os fundadores da república brasileira em 15 de novembro suprimiram a liberdade de imprensa, atentaram contra a ordem de habeas corpus, garantiram os privilégios, negaram o direito de reunião, criaram a política industrial, esbanjaram as rendas públicas e equilibraram a receita com as despesas, gravando o povo com exorbitantes, odiosos e vexatórios impostos. Aviltaram o caráter nacional, perante as urnas eleitorais, arruinaram a Nação e a desacreditaram ante todas as outras nações do mundo! (Aranha, 1893a).

Em tempo, condenou também os processos de centralização autoritária que faziam do ideal federalista uma peça ficcional, concentrando e fortalecendo o poder de oligarquias liberais poderosas, como a paulista (Resende, 2013, p. 89-120), sendo este um dos principais pontos de sua confrontação com Francisco Glicério, liderança política central no direcionamento do Partido Republicano

Federal (Mattos, s/d, p. 99). Uma vez aberta a campanha eleitoral em 1904, Aranha voltou à carga, denunciando que “neste andar, S. Paulo quer constituir-se como ninho de presidentes da República [...] *São Paulo quer ser o Brasil!*” (Ajuricaba, 1904).

O mesmo nível de contestação foi também direcionado para a política partidária que se desenrolava nos Estados do Norte, abrindo processos de instabilidade, com crises políticas constantes, insurgências, quarteladas e censura à imprensa. Sentindo-se expurgado de Manaus com a Proclamação da República, retornou a Belém, onde lançou o *Correio Paraense*, franqueando suas páginas para colaborações enviadas do Amazonas que defenestravam suas lideranças políticas, e entre elas, Eduardo Ribeiro, vendo na disputa deste com seus desafetos mera “briga de comadres”, a opor lideranças oligarcas corruptas e autoritárias. Já na política paraense esteve sempre mais próximo de Lauro Sodré, cuja candidatura à presidência da República chegou a defender em 1905, definindo-o, em tom laudatório, de “honra nacional, eterno protomártir da independência política de nossa pátria, tipo imaculado de brio, da dignidade e do exército nacional” (Aranha, 1905).

Conclusão

Fugindo aos padrões tradicionais, Bento Aranha construiu uma trajetória singular na imprensa do Extremo Norte do país, notabilizando-se pela recorrência com que se colocou na cena pública, tanto por meio dos muitos jornais que idealizou e dirigiu quanto pelos incomensuráveis artigos que assinou, sempre na defesa das grandes causas sociais e em favor dos subalternos. Sem vez e sem voz na cena política institucional, os pobres urbanos e rurais, os escravos, os excluídos e desvalidos de toda ordem sequer eram iluminados por uma imprensa que, em boa medida, mantinha-se aferrada aos interesses hegemônicos. Inconformista, Aranha foi dos poucos a tentar romper essa tradição e este silêncio.

Homem de ação e de visões revolucionárias, queria, acima de tudo, a mudança social, o fim das mazelas políticas que impediam o desenvolvimento econômico e o avanço do processo civilizatório, do qual nunca deixou de ser vigoroso entusiasta. Fez-se político no cotidiano de sua existência, assumindo na imprensa e pela imprensa uma escrita combativa e propositiva, nunca deixando de encaminhar soluções para o que entendia ser necessário transformar.

Viu o alvorecer da República como a realização de um sonho logo convertido em pesadelo, mas nunca abandonou seus princípios e suas utopias republicanas, mantendo-se em combate contra o que diagnosticou como o “decaimento moral” do regime. Como fez com a monarquia, combateu sem tréguas os vícios protagoniza-

dos pelos vencedores do 15 de Novembro, assim como os acusou de traidores do povo. Não advogava a derrubada do regime, mas a “salvação da República” por meio da adoção de medidas corretivas, a começar pela revisão do texto constitucional de 1891. *Homo politicus* por excelência, dedicou sua vida à ação transformadora, buscando dialogar com e no interior dos diversos contextos socioculturais em que lastreou sua existência, identificando problemas, denunciando descasos, propondo soluções, submetendo seus projetos à crítica e sustentando o debate como forma de alcançar seus objetivos políticos. Assim como fora excluído na República emergente, terminou por ser um dos muitos injustamente esquecidos pela história. Urge, portanto, retomá-lo, abrindo oportunidades para que a pesquisa histórica possa jogar novas luzes sobre as muitas facetas ainda desconhecidas de uma trajetória vibrante, incomum e excepcional.

Referências

- ANDRADE, Débora El-Jaick. 2015. A imprensa como tribuna dos intelectuais no século XIX. In: M. ENGELS (org.). *Os intelectuais e a imprensa*. Rio de Janeiro, Mauad X/FAPERJ, p. 13-45.
- ARANHA, B. F. T. (Avô). 1895. *Obras do literato amazonense Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha*. 2ª ed. Lisboa, Tipografia da Companhia Nacional Editora, 133 p.
- BARBOSA, M. 2010. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro, Mauad X, 266 p.
- BITTENCOURT, A. 1973. *Dicionário amazonense de biografias: vultos do passado*. Rio de Janeiro, Conquista, 519 p.
- BOLLÈME, G. 1988. *O povo por escrito*. São Paulo, Martins Fontes, 243 p.
- CARVALHO, J. M. s/d. A vida política, 1830-1889. In: J. M. CARVALHO (coord.). *A construção nacional, 1830-1889*. Rio de Janeiro, Objetiva/Mapfre, p. 83-129.
- CAVALCANTE, Y. O. R. 2013. “Uma viva e permanente ameaça”: resistência, rebeldia e fugas de escravos no Amazonas Provincial (c.1850-c.1882). Manaus, AM. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História – UFAM, 162 p.
- CHARTIER, R. 1999. Leituras e leitores ‘populares’ da Renascença ao período clássico. In: G. CAVALLO; R. CHARTIER (org.). *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo, Ática, vol. 2, p. 117-134.
- COELHO, G. M. 1989. *Letras & baionetas*. Belém, Cultural Cejup, 168 p.
- CUNHA, M. C. (org.). 1992. *Legislação indigenista no século XIX*. São Paulo, EDUSP, 362 p.
- DUTRA, E. F.; MOLLIER, J.-Y. (org.). 2006. Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política. São Paulo, Annablume, 621 p.
- FARAGE, N. 1991. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra/ANPOCS, 197 p.
- FREIRE, J. R. B. (coord.). 1990. *Cem anos de imprensa no Amazonas (1851-1950): Catálogo de jornais*. Manaus, Editora Calderaro, 213 p.
- LUSTOSA, I. 2000. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência, 1821-1823*. São Paulo, Cia das Letras, 497 p.
- MARTINS, A. L. 2008. Imprensa em tempos de Império. In: A. L. MARTINS; T. R. LUCA (org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo, Contexto, p. 45-80.
- MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. 2005. *Imprensa e cidade*. São Paulo, Editora da Unesp, 136 p.
- MATTOS, H. s/d. A vida política. In: L. M. SCHWARCZ. *A abertura para o mundo, 1889-1930*. Rio de Janeiro, Objetiva/Mapfre, p. 85-131.
- MOLLIER, J.-Y. 2006. Quando o impresso se torna uma arma no combate político: a França do século XV ao XX. In: E. F. DUTRA; J.-Y. MOLLIER (org.). *Política, nação e edição: O lugar dos impressos na construção da vida política*. São Paulo, Annablume, p. 259-274.
- MONTILHA, T. R. 2015. Os profissionais da política republicana segundo Olavo Bilac. In: M. ENGELS (org.). *Os intelectuais e a imprensa*. Rio de Janeiro, Mauad X/FAPERJ, p. 131-158.
- MOREL, M.; BARROS, M. M. 2003. *Palavra, imagem, poder: o surgimento da imprensa no século XIX*. Rio de Janeiro, DP&A, 130 p.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. 2018. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, 10 (23)109-137.
- PINHEIRO, M. L. U. 2015. *Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas*. Manaus, EDUA, 348 p.
- POPKIN, J. 1996. Jornais: a nova face das notícias. In: R. DARNTON; D. ROCHE (orgs.). *Revolução impressa: A imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo, EDUSP, p. 195-223.
- POZZA NETO, P. 2011. *Aves libertas: ações emancipacionistas no Amazonas Imperial*. 2011. Manaus, AM. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História – UFAM, 166 p.
- QUEIRÓS, S. R. R. 1986. *Os radicais da República: jacobinismo, ideologia e ação*. São Paulo, Brasiliense, 280p.
- REIS, A. C. F. 1965. *A autonomia do Amazonas*. Manaus, Edições Governo do Estado do Amazonas, 147 p.
- RESENDE, M. E. L. 2013. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: J. FERREIRA; L. A. N. DELGADO (org.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 89-120. (Col. Brasil republicano, nº 1).
- ROSANVALLON, Pierre. 2010. *Por uma história do político*. São Paulo, Alameda, 102 p.
- SALLES, V. 2001. Bento Aranha, História de um jornalista revolucionário. In: V. SALLES. *Marxismo, socialismo e os militantes excluídos: capítulos de história do Pará*. Belém, Paka-Tatu, p. 105-167.
- SILVA, M. A. 1990. *Caricata República: Zé Povo e o Brasil*. São Paulo, CNPq/Marco Zero, 100 p.
- SODRÉ, N. W. 1999. *História da imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Mauad, 501 p.
- VERNUS, M. 1996. A perspectiva de uma província. In: R. DARNTON; D. ROCHE (org.). *Revolução impressa: A imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo, EDUSP, p. 177-192.
- WALLACE, A. R. 2004. *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*. Brasília, Edições Senado Federal, 630 p.

Fontes

- A VOZ DO AMAZONAS. 1867, Manaus, nº 23, 7 jan.
- AJURICABA (Bento Aranha). 1904. Delenda S. Paulo. *Jornal do Comercio*, nº 218. Manaus, 9 set.

- AMASONAS. 1867. nº 30. Manaus, 9 jan.
- AMAZONAS. 1882. nº 711. Manaus, 16 abr.
- AMAZONAS. 1892. nº 3626. Manaus, 10 dez.
- ARANHA, B. F. T. 1876. Emigração e colonização. *Revista do Amazonas*, nº 2. Manaus, 5 maio.
- ARANHA, B. F. T. 1876. A instrução pública, o jornalismo e o governo do Amazonas. *Revista do Amazonas*, nº 4. Manaus, 5 jul.
- ARANHA, B. F. T. 1894. Atentado à liberdade de imprensa. *Correio Paraense*, nº 551. Belém, 25 mar.
- ARANHA, B. F. T. 1893a. Ave, libertas! *Correio Paraense*, nº 440. Belém, 26 out.
- ARANHA, B. F. T. 1893b. Salve, Amazonas! *Correio Paraense*, nº 249. Belém, 4 mar.
- ARANHA, B. F. T. 1893c. Expliquemo-nos. *Correio Paraense*, nº 463. Belém, 26 nov.
- ARANHA, B. F. T. 1896. Escravidão dos Índios. *Diário de Notícias*, nº 108. Belém, 16 maio.
- ARANHA, B. F. T. 1899b. O assassinato de Philomeno Pires. *Commercio do Amazonas*, nº 417. Manaus, 15 mar.
- ARANHA, B. F. T. 1904. Infeliz República. *Jornal do Commercio*, nº 284. Manaus, 22 nov.
- ARANHA, B. F. T. 1905. Lauro Sodré e o plebiscito. *Jornal do Commercio*, nº 357. Manaus, 14 fev.
- ARANHA, B. F. T. 1906. 13 de Maio. *Jornal do Commercio*, nº 672. Manaus, 13 maio.
- ARANHA, B. F. T. 1907. Um velho funcionário. *Jornal do Commercio*, nº 918. Manaus, 16 jan.
- ARANHA, B. F. T. 1909a. Comércio, operário e povo. *Jornal do Commercio*, nº 2.029. Manaus, 22 dez.
- ARANHA, B. F. T. 1909b. O operário e a Manáos Harbour. *Jornal do Commercio*, nº 2.028. Manaus, 21 dez.
- ARANHA, B. F. T. 1909c. Os nossos índios. *Jornal do Commercio*, nº 1.979. Manaus, 3 out.
- ARGOS. 1872. nº 77. Manaus, 21 abr.
- COMMERCIO DO AMAZONAS. 1870. nº 260. Manaus, 2 jul.
- CORREIO PARAENSE. 1892, nº 66. Belém, 18 jul.
- CORREIO PARAENSE, 1894, nº 545. Belém, 10 mar.
- CORREIO MERCANTIL. 1861. nº 219. Rio de Janeiro, 12 ago.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. 1894. nº 82, p. 1. Belém, 20 abr.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. 1896. nº 158, p. 1. Belém, 18 jul.
- JORNAL DO COMMERCIO. 1904. nº 2.271. Manaus, 30 jul.
- JORNAL DO COMMERCIO. 1906. nº 713. Manaus, 23 de jun.
- JORNAL DO COMMERCIO. 1907. nº 1.314. Manaus, 21 nov.
- JORNAL DO COMMERCIO. 1909. nº 1.735. Manaus, 20 jan.
- JORNAL DO COMMERCIO. 1910. nº 2.163. Manaus, 9 abr.
- PRADO, L. (Juarez Bahia). 1904. Notas de um teimoso. *Jornal do Commercio*, nº 204. Manaus, 24 ago.
- PRADO, L. (Juarez Bahia). 1905. Notas de um teimoso. *Jornal do Commercio*, nº 335. Manaus, 19 jan.
- REVISTA DO AMAZONAS. 1876a. nº 1. Manaus, 5 abr.
- REVISTA DO AMAZONAS. 1876b. nº 4. Manaus, 5 jul.

Submetido em: 21/12/2020

Aceito em: 13/01/2021